

SOBRE O DIA QUE ENXERGUEI MINHA AVÓ: uma narrativa de vivência, violência e sobrevivência

Nélida Pereira dos Santos*

Introdução

Há cerca de um mês estive no interior da Bahia para visitar meus pais (moro em Salvador e eles em Itamaraju) e na ocasião aproveitei para visitar e tentar passar um pouco mais de tempo com minha avó paterna.

O dia em que fui vê-la foi mais emocionante que pensei. Mostrou-me aos vizinhos (a neta que mora na capital e que faz faculdade), tirou fotos, enfim, foi uma festa; e passada aquela emoção sentamo-nos naquela parte aconchegante de sua casa, a cozinha. Um cafezinho para esquentar a conversa e o coração que lhe doía muito desde que meu avô falecera. Falamos de como ela estava se sentindo mais adoecida, mais velha e sem nenhuma perspectiva de vida desde aquele ocorrido, há pouco mais de 1 (um) ano.

Sua depressão foi algo visível e seus relatos de como estava encarando a vida desde então só serviram para ratificar minha certeza. Minha avó estava psicologicamente muito debilitada, mas felizmente, embora realmente parecesse mais velha, sua saúde física estava bem e mesmo ela insistindo em dizer que estava muito doente, quase morrendo, seus médicos e exames clínicos diziam o contrário. Que bom!

Eu e minha avó nunca fomos muito próximas. Durante minha infância um pouco, lembro de ir e dormir muito em sua casa, mas a partir da adolescência as visitas foram se tornando esporádicas e como todos os encontros eram dotados de muitas lamentações e queixas sobre os filhos e o marido, eu evitava ir a sua casa, pois aquelas lamúrias eram muito pesadas para meus ouvidos jovens. Que boba eu era!

Acho que acabei internalizando o sentimento de impaciência que sentia sempre que a visitava e as visitas que eram esporádicas passaram a acontecer uma vez ao ano, período que coincidiu com a minha mudança de

cidade. Assim, nessa última vez que fui vê-la, já estava com o espírito preparado para as queixas que estavam por vir, principalmente as que se refeririam a minha ausência em sua vida.

Este encontro, porém, foi o mais emocionante que tive com ela. Nos aproximamos muito naquele dia e com aquela conversa saí de lá pensando como eu nunca fora capaz de enxergar minha avó durante todos esses anos, como eu ajudei a invisibilizá-la, como eu contribuí para legitimar sua inferioridade como mulher e como mulher idosa. Sororidade querida, é preciso ter sororidade!

O relato que virá a seguir tratará basicamente da conversa que eu e minha avó tivemos naquele dia. Ele elucida a proposta de trabalho final da disciplina Memórias e Narrativas de Gênero e Geração cuja ementa tratava de gêneros, gerações, sociedade e cultura contemporânea: arranjos plurais de gênero, mudanças no curso da vida e nas relações entre gerações (pensei em deixar mais aberto, sem fechar na questão da velhice). Memórias, trajetórias de vida e percepções elaboradas pelos sujeitos acerca das transformações sociais. Trajetórias de gênero e geração nas cidades brasileiras: novas demandas e respostas no âmbito das políticas públicas: pesquisas sobre pobreza, sociabilidade, família, trabalho, etc.

A fundamentação teórica será feita com base nos autores trabalhados durante o semestre, tais como: POLLAK (1989), KOFES; PISCITELLI (s/d); TEDESCHI (s/d) e outros. Espero que o relato e as reflexões trazidas aqui estejam à altura de quem está se dispondo a ler.

* Aluna do Programa de Mestrado do PPGNEIM.

Sobre viver e sobreviver

O modelo de família patriarcal estabeleceu-se no processo de formação social do Brasil desde a sua colonização, de modo que ainda hoje as relações familiares são atravessadas por relações de poder cujas mulheres e as crianças devem obediência ao homem “provedor da casa”, o que o torna autoridade máxima no seio da família. Um sobre poder masculino que é totalmente legitimado pela sociedade e cercado de exigências normativas que fabricam relações familiares obstaculizadas pelo medo.

Sobre essa divisão sexual dentro dos padrões da vida familiar Sardenberg e Macedo (2008) afirmam que

Sem dúvida, nesse processo de diferenciação social entre os sexos, o modelo dominante de família tem um papel preponderante. De fato, a moral familiar burguesa tem sustentado os princípios básicos do modelo de família patriarcal, propondo que ao homem/marido/pai, caiba o papel de chefe da família e do grupo doméstico destinando-lhe a responsabilidade de provedor. A mulher/esposa/mãe e os filhos seriam a parte dependente, compartilhando os frutos do trabalho do ‘chefe’, a ‘cabeça do casal’. Nessa qualidade, cabe ao homem deter a autoridade sobre o grupo: esposas e filhos são subordinados à vontade do pai-marido, e as filhas mulheres a de seus irmãos. (p. 39-40)

Ao longo do tempo, esse processo de divisão sexual naturalizou-se de tal forma que deu margem ao estabelecimento do processo de dicotomia sexual fazendo com que as meninas e os meninos vivessem as diferenças nas relações como algo já determinado na sociedade e as reproduzissem quando chegam à fase adulta.

Foi em meio a esse processo que se iniciou a vida de casada de Maria das Neves, minha avó. Dona Maria casou-se muito cedo, tinha apenas 13 anos, fato comum no interior do nosso país e nos meados dos anos 1950. Seu esposo era mais velho, o Senhor Antônio já tinha 20 anos. Jovem responsável, trabalhador e que queria uma família grande. E fez! Foram 8 filhos, mas só 7 nasceram com vida. O terceiro filho do casal morreu ainda na barriga de minha avó, vítima de um corte profundo com faca de cozinha. Foi o meu avô quem a esfaqueou.

Quando tocou nesse assunto, notei a tristeza se apossando da expressão facial de minha avó. Falar da

perda de um filho e naquelas circunstâncias lhe foi angustiante e naquele momento acontecia dentro dela uma luta interna entre a vontade de desabafar e o constrangimento por ter suportado, calada, tantos anos de violências física, psicológica e moral. Mas ela falou! O longo silêncio sobre seu passado foi quebrado quando percebeu que havia diante de si uma escuta, tudo o que ela sempre quisera para narrar seu sofrimento.

As memórias se constroem e se organizam a fim de incursionar o sentido das vivências do passado e, para tanto, é necessário expô-las seletivamente, publicamente e coerentemente para dar conta da trajetória de vida pessoal em sociedade. Por isso conceber a memória como algo por construir, mais que mostrar uma lembrança, é um giro heurístico importante que beneficia a reflexão e traz à luz uma histeria silenciada. (TEDESCHI, s/d, p. 335)

Sua trajetória de violência doméstica iniciou bem antes disso, porém. D. Maria optou por casar-se mais nova e com um rapaz de quem “*nem gostava tanto assim*”, segundo ela mesma falou, para sair da casa de seus pais e libertar-se da convivência com seu pai, um homem violento que batia muito na esposa e nas filhas.

Sua vida, desde muito nova, foi cercada de violência doméstica. Uma violência que se construiu em nossa sociedade com base nas relações de desigualdade entre homens e mulheres, algo já inerente no regime de estatização dos indivíduos e que ainda hoje é multiplicado entre as gerações.

Minha avó, assim como tantas outras mulheres esteve no cerne das relações interpessoais de violência que embora presentes no dia a dia das relações familiares sempre foram socialmente invisíveis, pois a autoridade concedida ao homem já estava consolidada na estrutura familiar.

Ao homem, a sociedade deu o direito de castigar as mulheres, posto que elas eram consideradas suas propriedades. Esse era o pensamento do meu avô. Para ele, bem como para o resto da sociedade a mulher é desprovida de autogoverno e cabe a ele decidir tudo sobre sua vida e sobre seu corpo. E com base em todo esse direito que a sociedade lhe outorgou é que meu avô batia na esposa pelas mínimas coisas que aconteciam em casa.

Ele me batia por tudo, minha fia. Se eu queimasse o feijão, se seu pai ou alguns dos seus tios se machucassem, se ele encontrasse alguma vizinha lá em casa conversando comigo. Acho que ele pensava que eu tava me queixando pra ela, daí ele não gostava. Ele não queria que eu ficasse de fuxico porque é feio mulé fuxiueira, né minha fia. Eu até entendo. Ficava feio pra ele lá na rua, os homi não gosta dessas coisas (sic).

Percebi ali que já se estabelecera uma naturalização da violência por parte da vítima. Em diversas situações ela acreditava que estava mesmo errada e que a surra lhe era merecida. Era algo comum em meio ao povoado que eles moravam. Muitas mulheres daquela comunidade também passavam por isso. “*Seu avó e os amigos dele eram os ‘machões’ dali.*” Nessa perspectiva, Tedeschi (s/d) nos contempla quando diz que

A história de vida capta a dinâmica, as características e os parâmetros da cultura individual. Por meio dela, é possível perceber como o sistema sociocultural afeta o comportamento individual, os valores e a auto-imagem. (p. 337)

Embora ela não dissesse era fato que sua auto-imagem, seus valores, sua individualidade já estavam comprometidos. Sua aquiescência com a violência sofrida prova isso, e significa ainda que ela estava em concordância com as imposições sociais de que o homem é superior à mulher, de que são mais fortes e que a ele é devida toda a devoção e obediência. Para minha avó, o único momento que ela não merecia apanhar era quando seu marido chegava bêbado em casa, o que acontecia em todos os finais de semana, e batia nela sem qualquer argumento que o justificasse.

Em uma dessas situações, já com três filhos e grávida de mais um, temendo por sua vida e pela vida das crianças ela fugiu para o meio do mato. Seu maior medo era que ele, mais uma vez atentasse contra a sua vida e do filho que carregava na barriga.

Fiquei lá, minha fia, a noite toda com sua tia Marli, na barriga, seu pai e seus tios Gil e Zé Carlos. Um vinha no colo e os outros dois eu puxava pela mão. Eu tava com tanto medo naquele dia que nem sei como sua tia não nasceu ali. Só voltei pra casa no outro dia, mas voltei bem cedo porque eu sabia que ele ainda ia ta dormindo. Dai quando ele acordasse eu já ia ta lá em casa e ele não ia reclamar.(sic)

A respeito de sua gravidez, no período da supracitada fuga para não apanhar, sua fala tornou-se triste e

pesarosa quando relembrou o momento. Disse-me que chorou bastante quando nasceu uma menina, pois só lembrava das surras que levava de seu pai e temia que o mesmo ocorresse à sua filha.

Com a mudança da família para a cidade-sede de seu antigo povoado as ocorrências de violência aumentaram consideravelmente. “*Ele não conhecia ninguém, não devia satisfação pra ninguém, ai é que ele me batia mesmo, bebia quase todo dia*”. A agressão era tamanha que ele chegou a quebrar-lhe um braço. E nesse ínterim, mais três filhos nasceram, dentre eles mais uma menina.

Mesmo sem ter tido qualquer direcionamento nesse sentido, quando ainda jovem sofria pensando no futuro das filhas ou agora mais velha e alerta com o que a neta poderia sofrer, minha avó já tinha construído dentro de si uma diferenciação entre os sexos, ela sabia que há em nossa sociedade uma hierarquização cultural que valoriza o homem e que como diz Geertz (1989), “são construídos historicamente, mantidos socialmente e aplicados individualmente” (p. 148). Para fins de complemento desta última fala e elo entre o que virá a seguir, considero ser conveniente usarmos a fala de Kofes e Piscitelli (1997) que afirmam que

Ao falarmos de gênero, nos situamos simultaneamente no campo de concepções e ações e o consideramos como um operador de diferenças, pensado com um ‘através’, um meio através do qual se organizam relações sociais, marcando experiências. Quem narra suas lembranças, recria e comunica experiências marcadas pelas diferenciações estabelecidas pelas construções de gênero. (p. 347)

“E você, minha fia, vai me dar um bisneto quando?” Respondi-lhe que em breve. “*É, não precisa de pressa mesmo não, você está nova ainda, tem que terminar a faculdade, arrumar um emprego. E seu marido te ajuda?*”

Foi com essa parte do diálogo que entendi o alerta que ela estava me passando. Foi esse o gatilho que me fez pensar a minha própria relação e até que ponto eu também não poderia estar sendo anulada por meu companheiro sem me dar conta ao longo de todos os anos em que estávamos juntos. A história de vida de minha avó, sua caminhada e experiências trouxeram à tona alguns questionamentos sobre minha própria trajetória e que eu sempre despistei quando ousava

pensar a respeito. Nessa perspectiva, mais uma vez Kopes e Piscitelli (1997) nos contemplam quando dizem que

... se a faculdade de intercambiar experiências se atualiza no ato de narrar, e se a fonte a quem recorre todos os narradores é a transmissão de experiência de pessoa a pessoa, oralmente ou pela escrita, poderíamos traçar um nexo entre experiência, narrativa e memória. (p.346)

Aquela história estava vindo para mim como uma espécie de herança. Minha avó estava confiando a mim a sua história como um legado de aprendizado, seria algo como Pollak, (1989) diz, “no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento”. Ela queria que eu soubesse que suas violências foram contínuas e que somente cessaram no dia que meu avô faleceu. Sim, ainda velha minha avó continuou sofrendo agressões.

Durante a fase adulta de seus filhos, meus avós passaram a conviver com mais harmonia, as bebedeiras pararam e, na mesma proporção, as surras também. Contudo, os anos trouxeram ao meu avô alguns problemas graves de saúde. Enfrentou um câncer de próstata com um tratamento intenso e agressivo que o transformou rapidamente de homem forte e provedor da casa – ele ainda trabalhava como guarda escolar, mesmo já aposentado – em um velho doente e dependente. Dependente, principalmente dos cuidados de minha avó. E ela cuidou, como era esperado dela como esposa, ela cuidou do marido que sempre lhe serviu com violências em suas mais variadas manifestações.

O câncer não foi o pior momento vivido pelo casal. Um ano depois de sua cura, meu avô, começou a apresentar sintomas compatíveis com a doença de Alzheimer. Como seu organismo ainda estava debilitado em consequência da doença anterior, a evolução do Alzheimer foi bem acelerada. Em menos de dois anos seu estado de demência não lhe permitia estabelecer qualquer diálogo com quem quer que fosse e associado à debilidade cognitiva, veio também a física. O simples ato de levantar da cama tinha que ser feito por meio de ajuda. Higienização, alimentação e todos os outros

cuidados eram feitos por sua esposa. Minha avó esteve ao seu lado durante todo o tempo.

Quando se é mulher, na sociedade em que vivemos, espera-se de nós nada menos que amabilidade, ternura, passividade e subalternidade. A condição biológica de gerar uma vida e de amamentar fez com que a sociedade nos delegasse a obrigação dos cuidados com o marido, com o lar e com os filhos. É o que todos esperam, era o que os filhos esperavam de minha avó, era o que os vizinhos esperavam de minha avó, era o que minha avó esperava dela mesma.

A palavra cuidado traz consigo uma carga de gênero. Ela evoca qualidades como atenção, esmero e responsabilidade, características naturalmente intrínsecas na natureza feminina. Quando falamos de uma mulher casada não há sequer o que inquirir a respeito de sua responsabilidade sobre o ato de cuidar, é algo inerente ao seu papel de esposa, como um contrato firmado no altar, na hora do sim.

A responsabilidade em cuidar do marido está em conformidade com o seu papel enquanto esposa, uma obrigação matrimonial, um dever moral que lhe é cobrado por toda a sociedade. E minha avó não teve ajuda, ela não teve suporte, ela sofreu calada. Passou a viver em função da doença do meu avô e suprimiu suas vontades, seus sonhos mais pessoais e até mesmo sua identidade. A ABRAZ (Associação Brasileira de Alzheimer) reforça que,

Assumir o papel de cuidador faz com que o familiar passe a experimentar um exacerbado senso de responsabilidade em contraposição com o reduzido senso de liberdade, envolvendo perdas na vida pessoal como diminuição de independência, restrição de tempo para atividades pessoais, problemas sexuais, privação de sono, possibilidade de viver exclusivamente para a pessoa doente, tendência ao isolamento e diminuição de rede de apoio social, sacrifício do presente e do futuro, além de alterações na vida familiar como ruptura e mudanças na dinâmica e carga financeira. O estresse age no estado emocional do cuidador interferindo na vida pessoal, familiar ou até na qualidade de cuidado oferecido.¹

Minha avó tornou-se cuidadora do marido e esqueceu de si, segundo ela, não tinha tempo para ela mesma e não tinha ninguém que se importasse com o que poderia

¹ Disponível em: <http://abraz.org.br/>.

estar lhe acontecendo. A família apoiava, mas afastada, pois compreendia que a responsabilidade era toda dela.

Como supracitado, a doença do meu avô avançou de forma muito rápida, até mesmo para os médicos que o acompanhavam. A ABRAZ divide o Alzheimer em três níveis de evolução e aparentemente a do meu avô começou já no segundo. Mas foi a intensidade do terceiro nível que trouxe mais terror à vida de minha avó. Chamado de estágio avançado, este nível, segundo a ABRAZ,

É o mais próximo da total dependência e da inatividade. Distúrbios de memória são muito sérios e o lado físico da doença torna-se mais óbvio. A pessoa pode:

- Ter dificuldades para comer.
- Ficar incapacitada para comunicar-se.
- Não reconhecer parentes, amigos e objetos familiares.
- Ter dificuldade de entender o que acontece ao seu redor.
- É incapaz de encontrar o seu caminho de volta para a casa.
- Ter dificuldade para caminhar.
- Ter dificuldade na deglutição.
- Ter incontinência urinária e fecal.
- Manifestar comportamento inapropriado em público.
- Ficar confinada a uma cadeira de rodas ou cama.

Contudo, podemos, por nossa conta, acrescentar outro item: a agressividade.

O que outrora ficara apenas nas lembranças de um passado difícil, mais uma vez tornou-se rotina. O esposo de minha avó, mesmo debilitado, mesmo inativo fisicamente, passou a ter rompantes de agressividade.

Minha fia, eu não sei de onde aquele homem tirava tanta força. Numa hora ele tava lá, deitado na cama, quase morto, na mesma da hora, quando eu via, ele já tava em cima de mim com um porrete na mão pra me bater. Teve um dia que eu desmaiei e quando dei por mim tava com sangue na cabeça e ele tava deitado no sofá dormindo. (sic).

Confesso que fiquei paralisada quando ouvi essa parte da história. É como se, ainda que com a cognição extenuada, a construção social na qual meu avô se baseou ao longo de sua vida permanecesse vívida em sua mente, definitivamente já enraizada. O direito que ele sempre considerou ter, de surrar sua esposa, posto que ela era sua propriedade, era um conceito que nem

mesmo aquela doença que destrói os neurônios, que tira a capacidade de pensar com clareza, foi capaz de dissolver.

Todo dia que eu ia dar banho nele era uma luta. Mas era uma luta mesmo, era tanto murro que esse homem me dava, tanto tapa na cara, eu ficava cheia de mancha roxa nos peito. Mas ele só batia era em mim, mesmo. Quando Thais tava aqui e me ajudava ele era outra pessoa. Parecia um velhinho caduco, todo bonzinho, todo obediente. Pra neta ele se transformava! (sic)

Esse detalhe, sobre ele sempre agredir especificamente minha avó e nunca outras pessoas que porventura a ajudassem, ratifica o pensamento de que a organização social da qual ele sempre fizera parte ainda se fazia vívida. É certo que a labuta do dia a dia, a dependência do dia a dia de uma mesma pessoa talvez mexa mesmo com o que possa restar de juízo a alguém com sua doença, contudo, não diminui o fato de que as violências eram praticadas em sua esposa, sua companheira, sua mulher, e para ele, sua propriedade.

Foram anos sofrendo calada. Ela carregou sozinha uma carga física, emocional e financeira enquanto meu avô esteve doente. Ele faleceu em 2016 e ao contrário do que minha avó imaginava, o descanso que ela supunha que teria não veio. O alívio, a tranquilidade que ela, em seus mais recônditos pensamentos desejou, não chegaram. No lugar de tudo isso só o vazio, a tristeza que segundo ela, “até hoje é igual no dia que ele morreu”.

Depois que meu avô morreu, quem ficou doente foi minha avó. Não que ela já não estivesse, mas a doença psicológica que ela tinha começou a afetar sua saúde física também. Enquanto cuidava do marido ela não se permitia ser fraca, não podia ficar doente, se não, quem seria por ele? Mas agora o cenário era outro. Era só ela, não tinha mais ninguém, os filhos já estavam criados e seu compromisso na terra, de acordo com o que ela pensava, já havia acabado. Mas não. E logo ela descobriu que tinha outras pessoas que precisavam dela e que, mais uma vez, o seu papel social era de estender a mão.

Um de seus filhos, o que sempre dera mais dores de cabeça, separou-se da esposa e foi morar na casa da mãe. Além dele desempregado, ela sustentava também sua ex-esposa e seus três filhos.

Mas a chegada de Carlos a sua casa representou muito mais que apenas ajudar financeiramente um filho, pois isso ela sempre fizera. A chegada desse filho trouxe outro problema à vida de Dona Maria das Neves, algo que ela acreditara já estar enterrado junto com seu esposo, algo que ela acreditou nunca mais sofrer. A chegada desse filho representou o retorno da violência doméstica que ela padecera por toda vida. Representou o retorno do medo, da dor, da apreensão. Não tinha como saber se dormiria aquela noite, será que ele chegaria “são” em casa? Seu maior desejo passou a ser o de que ele ao menos não chegasse tão bêbado a ponto de lhe bater.

O artigo 4º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, determina que

Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei. (BRASIL, 2013)

Como complemento, o § 1º do Art. 12, da mesma Lei diz que,

Para os efeitos desta Lei, considera-se violência contra o idoso qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico. (BRASIL, 2013)

Na situação do caso aqui relatado, há ainda outra alternativa que lhe garante proteção, posto que além de idosa, estamos falando de uma mulher. Quando, na juventude, apanhava do esposo, não havia nenhuma lei que a amparasse. Contudo, agora contamos com o resguardo da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha, que em seu Art. 10, diz que

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas

de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (BRASIL, 2006)

Os devidos direitos lhe são reservados, contudo, infelizmente, não significa que sua segurança esteja garantida. O agravante de ser um ato praticado por um consanguíneo desestrutura ainda mais o idoso agredido. No caso da minha avó, aquele a quem ela acolhera para restaurar sua estabilidade emocional, aquele que, na sua concepção, lhe cuidaria na velhice, não lhe faltaria, passou a ser a personificação do seu medo. Seu filho, seu algoz. E infelizmente, a literatura aponta que os maiores agressores no contexto doméstico são, justamente, os filhos dos idosos, seguidos do companheiro ou genros/nora. (Duque, A. M. et al, 2012)

Em pesquisa realizada pela mesma autora a respeito da violência sofrida por idosos na cidade do Recife, a discussão de gênero vem à tona como uma questão importante a ser considerada no contexto da violência doméstica contra as pessoas mais velhas.

Diversos estudos têm descrito que as mulheres são mais abusadas do que os Homens. Isto, possivelmente, decorre quando a questão de gênero se alia ao fato de as mulheres estarem em situação de maior vulnerabilidade do que os homens. No presente trabalho, a violência foi mais frequente no sexo feminino.

Conforme pesquisas, há diferenças nas estimativas de violência quanto ao local de ocorrência. No ambiente doméstico as principais vítimas são do sexo feminino nas denúncias recebidas pela Voz do Cidadão, notou-se que, no que se refere à violência doméstica, as mulheres são mais vitimizadas (68%) do que os homens (25%), não tendo sido registrado o sexo em 7% das Denúncias. Quanto ao tipo de violência, houve predominância da agressão física (28), financeira (25) e psicológica (23) e, além disso, o registro de duas denúncias de violência sexual entre o sexo feminino. Já entre os homens, o maior número de denúncias foi de abandono (8), sendo acompanhada pelos maus tratos físicos (7) e financeiros (7). (Duque, A. M. et al, 2012)

Infelizmente, para minha avó, a ideia de realizar uma denúncia de maus tratos aos órgãos responsáveis era algo inimaginável. Relatar a violência aos outros membros da família também estaria fora de questão.

É meu filho, minha fia. Se eu não proteger ele, quem mais vai fazer isso. Se seu pai ou seus tios souberem disso, matam ele. Eles já não aceitam eu sustentar seu tio. A gente vai agüentando... eu não agüentei seu avô por tanto tempo? Eu

já aceitei que essa é minha sina. Só vou parar de sofrer quando eu morrer. Ai ele vai saber o mal que ele tá me fazendo. (sic)

E mais uma vez ela internaliza a violência como algo inerente à sua vida e segue vivendo, ou sobrevivendo. Mais uma vez ela segue pensando que ser mulher é ser inferior ao homem. Mais uma vez ela se junta ao restante das pessoas que sequer cogitam a possibilidade da igualdade de gênero.

Considerações Finais

O histórico de violência contra as mulheres é fortemente relacionado à subserviência de gênero da qual nossa sociedade padece. A desigualdade de gênero existe e a despeito da luta por reverter esse *status quo*, sua transmissão entre as gerações é inegável.

Nessa perspectiva, refletir sobre a história de vida e violência sofrida por minha avó traz o questionamento de o que ainda tem que ser feito no intuito de salvaguardar a vida de outras mulheres que sofrem violência doméstica todos os dias e em todos os cantos de nossa sociedade. As disposições legais existem, são um instrumento de proteção que corroboram muito, contudo não têm sido suficientes a fim de garantir os direitos à vida, à dignidade, à liberdade, a não sofrer violência pelo simples fato de ser mulher.

A história da minha avó traz uma realidade que, infelizmente, não é exclusiva dela. Violência quando criança-menina, violência quando esposa-propriedade e agora, violência quando mulher-velha e mesmo com esse histórico, ela ajuda a engrossar a lista de mulheres que são abusadas física e psicologicamente e que não tem coragem de realizar a denúncia, principalmente quando a violência é praticada por alguém tão próximo, como um filho.

Escutar suas memórias, seu relato, que tratou exclusivamente dos maus-tratos sofridos, significou muito mais que um desabafo feito a alguém que lhe gerava confiança, sua fala colocou em cheque meu papel como mulher, e mais, como mulher que luta em defesa de outras mulheres, de modo que ouvir aquilo e ficar calada diante da possibilidade de livrar minha própria avó daquele tormento era algo inconcebível; eu também estaria violentando aquela mulher, minha

omissão seria mais um tapa em sua cara, mais uma pra somar com todos os outros que já lhe deram.

Ela percebeu minha agonia. Ela notou que ao sair dali eu tomara as providências que ela nunca pôde tomar quando jovem e que agora se vê emocionalmente incapaz de fazê-lo. E ela me fez prometer que eu jamais falaria aquilo para o meu pai ou qualquer outro filho dela. E eu atendi a sua súplica.

Não fiz a denúncia a qualquer órgão responsável e não falei nada com o restante da família, mas a meu modo eu agi. Indignada com tudo aquilo e mais ainda com a jura que acabara de fazer, fiz questão de esperar a chegada do meu tio em casa e na primeira oportunidade que tivemos de ficar sozinhos fui direto ao ponto. Disse-lhe que sabia do que ele estava fazendo com sua mãe e avisei que o denunciaria aos órgãos responsáveis e falaria com seus irmãos. Intimei-o a ser o filho que cuidava, não o que agredia, a respeitar aquela que lhe dera a vida e que tanto o ajudava. Fui firme, estava amparada por minha zanga e repugnância e ele sentiu que aquela advertência era pra ser levada à vera. E ele levou.

Três dias depois, soube por meu pai que meu tio havia saído da casa de sua mãe e reatado o casamento com sua esposa. Respeitei o desejo da minha avó, respeitei seu medo, sua angústia, respeitei sua dor, mas também respeitei meus valores e é o que nós mulheres merecemos e temos direito, respeito!

Referências

ABRAZ. Associação Brasileira de Alzheimer. Disponível em: <http://abraz.org.br/> acesso: 15/11/2027, às 22:30

BRASIL. Presidência da República. Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 07 de agosto de 2006.

_____. Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República*

Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1º de outubro de 2003.

DUQUE, A. M. et al 2012. Violência contra idosos no ambiente doméstico: prevalência e fatores associados (Recife/PE). Disponível em:

<http://www.redalyc.org/html/630/63023073030/>

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

KOFES, S.; PISCITELLI, A. Memórias de “Histórias Femininas, Memórias e Experiências”. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51165.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SARDENBERG, C.; MACÊDO, M. Relações de Gênero: Uma breve introdução ao tema. In: COSTA, A. A.; RODRIGUES, A.; VANIN, I. (orgs.). *Ensino e Gênero: perspectivas transversais*. Salvador: NEIM/UFBA, 2008.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *Os Lugares da história Oral e da Memória nos Estudos de Gênero*.

Disponível em:

<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/download/33931/20055>.